

**IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte
e Nordeste**

04 a 07 de agosto de 2013, Fortaleza – CE

**GRUPO DE TRABALHO
Antropologia e Políticas Públicas**

**TÍTULO DO TRABALHO
Banco Palmas: elementos para uma reflexão acerca da institucionalização da
economia solidária no Brasil**

**AUTOR
Antonio George Lopes Paulino
antoniogeorge_lopespaulino@yahoo.com.br**

**INSTITUIÇÃO
Universidade Federal do Ceará – UFC**

INTRODUÇÃO

O Banco Palmas é uma instituição de microcrédito orientada pelos princípios da economia solidária, criada há 15 anos no Conjunto Palmeiras, Fortaleza, Ceará, Brasil. A experiência de uma associação de moradores na condução do método de desenvolvimento de um banco comunitário abriu caminho para a fundação do Instituto Palmas, em 2003. Desde então, ocorre um processo de expansão da Rede de Bancos Comunitários no Brasil, tendo como protagonista o Instituto Palmas, que atua em parceria com comunidades e governos locais, estaduais e, principalmente, com a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

Focando essa experiência, o objetivo deste trabalho é reunir elementos para propor uma reflexão sobre a configuração da economia solidária como movimento que não se encerra em atividades locais e insere-se na complexa via das lutas por políticas públicas que reconheçam o acesso ao crédito como um direito social, legitimamente assentado em um marco conceitual e legal.¹

A base metodológica da argumentação aqui proposta é construída desde 2003, quando iniciei pesquisa que resultou em meu projeto de doutoramento, com tese defendida em 2008.² Entre 2009 e 2011, desenvolvi novo projeto no âmbito do Banco Palmas, focando elementos específicos que foram sinalizados durante o trabalho etnográfico realizado entre 2004 e 2007.

Meu interesse pelo fenômeno da economia solidária data, na verdade, de 1999 (quando do primeiro contato com o Banco Palmas) e tem se estendido até aqui. Trata-se de uma trajetória oportunizada pela pesquisa etnográfica, incluindo a presença em diversos ambientes onde sujeitos ligados aos movimentos da sociedade civil se articulam e conformam valores e significados para o que denominam como economia solidária.

Assim, destaco as diversas oportunidades de apresentar trabalhos em encontros científicos, em Grupos de Trabalho focados na temática da economia

¹ Dedico este trabalho a Sandra Magalhães, *in memoriam*. Sandrinha permanece viva na memória de amigos e amigas que fazem os movimentos sociais em Fortaleza e que sempre lembrarão com carinho de sua força animadora desses movimentos e do Banco Palmas, ambiente através do qual encampou as lutas supracitadas.

² Como produto da tese, encontra-se na gráfica da UFC, para publicação, o livro que já tem o seguinte registro bibliográfico: PAULINO, Antonio George Lopes. Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

solidária ou relacionados aos estudos etnográficos do capitalismo contemporâneo. Foram momentos importantes para conhecer e dialogar acerca de múltiplas experiências que, no campo da economia solidária, cruzam categorias matriciais, como o trabalho, a cultura e a política.

A riqueza de dados etnográficos e institucionais que se acumula no esforço de acompanhar parte das atividades da equipe do Banco Palmas soma-se aos diálogos tecidos em eventos relacionados ao tema, bem como na participação em bancas examinadoras e na orientação de estudantes de graduação e pós-graduação no desenvolvimento de pesquisas focadas na temática em pauta; são duas monografias de graduação concluídas e uma dissertação de mestrado com defesa agendada.

Afirmo que o embasamento metodológico para as reflexões tecidas nas páginas que seguem abaixo é fruto de um olhar que se faz a partir da experiência da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e do Banco Palmas e também de um olhar que se deslocou do lugar onde moro ao Conjunto Palmeiras, pelas ruas deste bairro, auditórios acadêmicos, feiras solidárias, eventos diversos, solenidades realizadas por entidades dos movimentos sociais, viagens e reuniões de intercâmbio em projetos de articulação internacional, campanhas políticas, carreatas, comícios, lançamentos de projetos da economia solidária, dentre outros deslocamentos. Trata-se de um movimento de pesquisa que me faz pensar na proposta da *etnografia flutuante*, tal como a elabora Marcio Goldman (1995).

Assim, nas idas e vindas pelo território do Conjunto Palmeiras e no vasto campo de ação do Banco Palmas, pude chegar a percepções importantes sobre o viés político da economia solidária. No entanto, não é minha intenção produzir aqui uma abordagem com pretensões teóricas no que tange ao campo das políticas públicas. Proponho apenas, como diz o título desta escrita, reunir alguns elementos como ponto de partida para refletir sobre o processo de institucionalização da economia solidária no Brasil, tendo como referente empírico a experiência do Conjunto Palmeiras, desde a perspectiva que conheci em meu percurso de pesquisa, que privilegiou a relação da ASMOCONP e do Banco Palmas com o território local e com a esfera mais ampla da sociedade civil.

Nesse contexto, é possível construir uma hipótese de partida, tomando em consideração as características da sociedade civil como um ente complexo e

ambíguo, que abriga experiências associativas múltiplas, desde entidades comunitárias focadas em interlocução propositiva e crítica na relação com o Estado brasileiro às que pautam sua ação por um perfil mais filantrópico e despolitizado (NOGUEIRA, 2005; SANTOS, 2006).

Observa-se nesse cenário de ambiguidade a configuração do que Araújo (2004) compreende como o exercício da disputa pelos novos fundos públicos que o Governo disponibiliza no âmbito das políticas de distribuição de renda. Trago como referência os investimentos da SENAES (do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Governo Federal) na oferta de microcrédito solidário, dentro da Rede de Bancos Comunitários. O que ocorre é que entidades da sociedade civil, na situação ilustrativa em tela, articulam-se não somente como colaboradoras possíveis no contexto da economia solidária, mas também como competidoras, na busca por recursos públicos, conformando o que a autora citada denomina como *esfera pública plebeia*.

A história de sucesso do Banco Palmas é marcada pela presença intensa e ativa nessa esfera. Nas seções que apresento a seguir, discorro sobre momentos que registrei durante minha incursão no campo da pesquisa, com o objetivo de descrever e compreender situações em que o Banco Palmas ocupa o universo das políticas públicas, interagindo com diferentes sujeitos no processo de construção simbólica e prática da economia solidária.

Na seção intitulada *Aceitamos Palmas*, faço um breve histórico do processo organizativo dos moradores do Conjunto Palmeiras e da emergência do Banco Palmas, argumentando acerca de uma história de êxito, que levou o bairro, a ASMOCONP e o Banco Palmas a uma condição de visibilidade pública que muito favorece a experiência local no complexo trânsito pelo terreno das lutas por políticas públicas inclusivas.

Considerando o Banco Palmas e o Instituto Palmas como sujeitos sociais ativos no processo de mobilização local, regional e nacional em favor da construção do marco conceitual e legal da economia solidária, nessa seção resumirei também o processo histórico em que SENAES e Banco Palmas se aproximam, bem como a historiografia que perpassa o processo de institucionalização no Brasil do modelo econômico e social em foco.

No capítulo *Comício Inverso*, descrevo eventos relacionados ao universo das campanhas eleitorais, destacando a política partidária como espaço também ocupado pelos sujeitos da ASMOCONP e do Banco Palmas, os quais, em períodos de eleições, apoiam candidatos e partidos específicos, num processo de troca que se pauta em demandas focadas na melhoria da qualidade de vida no bairro e no fortalecimento da economia solidária.

Na seção intitulada *Na Periferia Tem Tudo de Bom*, mostro situações em que os sujeitos da ASMOCONP e do Banco Palmas fazem uma interessante relação entre bairro e cidade, realçando uma imagem positiva do Conjunto Palmeiras, que o projeta a partir de algo muito valioso: uma história de lutas e conquistas, que gerou aprendizados diversos e metodologias específicas para a ação em economia solidária (BRAGA, 2004). O foco aqui se dirige a momentos da pesquisa em que, durante eventos ou solenidades abertos ao público, a comunidade se mostra com autoestima, relativizando e negando o estigma que lhe é imposto cotidianamente pela mídia, que generaliza a imagem pejorativa de bairro pobre e violento. Mostrar-se otimista constitui, assim, um importante *capital simbólico* que a ASMOCONP e o Banco Palmas conduzem com êxito, o que contribui para assegurar-lhes a expressividade que têm no âmbito da economia solidária como movimento social.

ACEITAMOS PALMAS

Ao apresentar meus dados e análises pertinentes à pesquisa em discussão, costumo dizer que a expressão “Aceitamos Palmas” evoca para mim um duplo sentido. Oficialmente, distingue, no território do Conjunto Palmeiras, estabelecimentos de comércio e serviços que recebem o circulante local ou moeda social Palmas. Mas no meu entender a expressão pode assumir outro sentido e dar significado também ao fato de que os projetos desenvolvidos pelo Banco Palmas, ao longo de 15 anos de história³, atraem visibilidade, mídia, parceiros, apoiadores, admiradores, pesquisadores e reconhecimento social, desenhando um quadro de notoriedade que atrai muitos aplausos em eventos e cerimônias, parecendo justificar, em outra perspectiva semântica, o sentido de dizer “aceitamos Palmas”.

³ Ver: *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas. São Paulo: A9 Editora, 2013.

A história desse sucesso é longa e nos remete ao contexto dos movimentos sociais em Fortaleza, nas lutas por habitabilidade travadas nos anos 70, 80 e 90. O bairro está situado na “periferia⁴” sul da cidade. Cumpre destacar aqui, resumidamente, a importância histórica de um movimento social local, cuja experiência associativa é marcada por lutas direcionadas a demandas por infraestrutura urbana desde meados da década de 1970 e, mais recentemente, pela ação focada em um projeto de economia popular e solidária, que tem como referência, o Banco Palmas.

O Conjunto Palmeiras foi alçado à condição de bairro na planta oficial de Fortaleza em outubro de 2007, mas é reconhecido como tal há bastante tempo entre seus moradores. Sua história remonta à década de 1970, quando ali se desencadeia um complexo processo de organização social e mobilização política. Desde então, a experiência local projetou-se como referência no âmbito dos movimentos sociais de bairros da capital do Ceará. O território pertencia à área identificada como Jangurussu no mapa da cidade. E tem população estimada em 36.599 habitantes.⁵

Através das lutas sociais locais, como foi dito acima, o bairro ganhou visibilidade pública, pela ousadia e força da mobilização dos moradores⁶ para conquistarem acesso aos direitos sociais fundamentais, materializados, em parte, no processo de aquisição de infraestrutura urbana para a área (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003).

Mas o Conjunto Palmeiras é visto também sob outra imagem, que muitas vezes se apresenta de forma estigmatizada – pelos altos índices de violência produzidos em seu território e pela condição de pobreza extrema em que viveu a maioria de seus moradores durante as primeiras décadas da sua história –, atraindo qualificativos típicos da dicotomia centro-periferia, que se manifesta em explicações do senso comum acerca da dinâmica espacial dos grandes centros urbanos.

⁴ Periferia aparece aqui entre aspas para que se relativize seu significado no contexto de uma metrópole como Fortaleza, onde a noção de centro estabeleceu-se no senso comum como referência ao núcleo comercial. Uma noção equivocada, que não se adéqua mais à realidade engendrada desde o final dos anos 1980, quando se acelerou o processo de descentralização do setor de comércio e serviços na capital cearense, resultando na configuração de diferentes centros, mesmo que estejam situados na chamada “periferia”. Destaco minha rejeição ao uso estigmatizado do termo, que tende a qualificar pejorativamente os bairros mais afastados de áreas consagradas como nobres ou centrais.

⁵ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico de 2010.

⁶ Processo histórico vivenciado com o apoio de diversas forças sociais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgiram no âmbito da igreja católica inspiradas na Teologia da Libertação (PAULINO, 2012).

O bairro foi construído por seus primeiros moradores, que ali foram situados após o deslocamento de famílias residentes em áreas que, à época, passavam por um processo de especulação imobiliária, na primeira metade dos anos 70. A Prefeitura de Fortaleza transferiu essas famílias para uma área pantanosa e inabitável, com ausência total de infraestrutura. Sofrimento, dificuldade, apartação e humilhação não faltaram nos primeiros anos. Nem força de vontade para a organização e a luta. Luta bem sucedida, pois em meados da década de 1990, o bairro já contava com uma infraestrutura razoável.

Melhoradas as condições de habitação, aumentou o custo de vida, pela introdução de taxas públicas antes inexistentes. O desemprego encontrava-se em índices alarmantes, a violência também; isto vinha forçando famílias a venderem seus imóveis.

Para auxiliar aos moradores que construíram o bairro no desejo e na possibilidade de nele permanecerem, a ASMOCNP, apoiada por diferentes forças sociais alinhadas aos movimentos populares, fundou o Banco Palmas, com o objetivo de promover o acesso da população a um fundo de crédito comunitário, fomentando a partir do banco a movimentação de uma rede de *prosumidores*.⁷

Desde 1998, ano de fundação do Banco Palmas, as ações desenvolvidas no âmbito da Rede Palmas projetaram-se como referência no terreno das chamadas tecnologias sociais, provocando demandas a partir de outros territórios, em outros estados, municípios e bairros ou comunidades locais interessadas em adotar metodologias já testadas no Conjunto Palmeiras. O espaço da ASMOCNP transformou-se, então, numa espécie de sistema articulado em três eixos: a Associação dos Moradores, o Banco Palmas e o Instituto Palmas, fundado em 2003, como entidade responsável pela inserção e articulação do espaço local no campo de diversas redes e agentes sociais que fomentam a economia solidária.

⁷ O termo *prosumidores* dá significado a um conjunto de relações em que pessoas articuladas a uma rede de solidariedade formada por produtores e consumidores, mobilizam um círculo virtuoso de produção, consumo e geração de trabalho e renda no território local. Tal rede segue os princípios do “consumir para o bem viver”. Nos empreendimentos, estimula-se que o processo produtivo e a distribuição de produtos com traços distintivos constituam espaços de (re)produção de sentidos e valores focados no consumo solidário, ético, justo e orientado pelos princípios da sustentabilidade socioambiental; embora seja possível identificar, em dadas situações, contradições pontuais e específicas, bem como elementos que podem caracterizar condições de precarização do trabalho, em face da informalidade e de outros fatores acerca dos quais não há aqui espaço para uma abordagem mais detalhada. E nem tampouco caberia aqui uma leitura normativa do contexto.

O Banco Palmas deu início a suas atividades focando o campo do microcrédito, com uma pequena carteira de empréstimos para produtores, como ponto de partida para mobilizar a rede econômica local ou, como já foi dito, *rede de prosumidores*. Trata-se de um movimento em torno do qual se articulam atividades de produção, comércio e consumo, na perspectiva da ação solidária orientada para o desenvolvimento local. Surgiram em seguida, os primeiros empreendimentos ligados à Rede Palmas. Os produtos da rede levam a marca de um empreendimento solidário, simbolizado graficamente pelo desenho estilizado de uma palmeira de carnaúba (*Copernicia prunifera*), espécie que remete à origem do lugar, realçando a dimensão do pertencimento a uma esfera comunitária.

É importante considerar, nesse contexto, que a experiência protagonizada pela ASMOCONP através da instituição Banco Palmas é um investimento comunitário, ao qual aportam recursos de agências de cooperação internacional e de determinadas políticas públicas de governos locais, formando um quadro diversificado de parceiros e colaboradores.

Para tornar possível a formação de um tecido em que a economia local tenha fluxo, o Banco mobiliza, estrategicamente, a citada rede de empreendimentos, produtos e serviços, como experiência que também se traduz no campo da cultura e da política, materializando ações portadoras de significados no que concerne à construção de uma cultura de valorização do espaço local e do *ethos* solidário, como contraponto possível à lógica excludente e competitiva do capitalismo.

Os fios que se articulam na rede de economia solidária do Conjunto Palmeiras são os seguintes: a moeda social circulante, denominada Palmas, instrumento de estímulo à circulação de renda dentro do bairro, aceito em diversos estabelecimentos do comércio local; uma linha de crédito para produtores; empreendimentos como a Palmalimpe, conduzido por jovens que produzem material de limpeza e a Palmafashion, do segmento de costura do vestuário; uma loja de comercialização solidária; a Palmatech, escola de formação na temática da economia solidária; o projeto Bairro Escola de Trabalho, que promove a formação de jovens para trabalharem nos empreendimentos do bairro; a Academia de Moda Periferia, espaço de formação e produção na área de moda; o projeto Bate Palmas, que se centra na perspectiva da arte-educação e na produção artística e cultural, envolvendo crianças, adolescentes e jovens; a Palmatur, empreendimento de

turismo desenvolvido em bases comunitárias, dentre outras experiências que projetam o Banco Palmas como referência na aplicação e disseminação de metodologias⁸ focadas no desenvolvimento local solidário.⁹

Em minha experiência de pesquisa pude perceber como as lideranças da ASMOCONP e do Banco Palmas têm a memória de suas lutas e conquistas como algo muito caro, vivo, celebrado, ritualizado. O salão de convivência e realização de reuniões, da sede da ASMOCONP, tem suas paredes decoradas com símbolos dessa memória: cartazes diversos, remetendo a diferentes épocas, momentos históricos de mobilização e organização social. Todos os eventos organizados e conduzidos por tais lideranças reservam um momento para a apresentação dessa história ao público. Celebração coletiva. E estratégia de ação que tem dado certo. Ao longo de seu percurso, desde 1998, o Banco Palmas tornou-se capaz de atrair olhares e parcerias de diversas regiões e instituições. E tem acompanhado ativamente o processo de institucionalização da economia solidária, marcando presença articuladora e propositiva no cenário histórico que resumo a seguir.

Nos anos 90, conforme discorro no livro que estou publicando como produto de minha tese de doutorado (PAULINO, 2012), a economia solidária desponta no Brasil, inicialmente mais concentrada no eixo Sul e Sudeste. Surge no contexto da reestruturação do capitalismo, marcado pelo desemprego estrutural e precarização do trabalho, configurando-se em parte como oportunidade de inclusão de trabalhadores e trabalhadoras que se encontravam à margem dos sistemas produtivos, como consequência da mencionada reestruturação. Experiências associativas criadas em âmbito comunitário, seja na esfera da vizinhança, da religião ou da vivência laboral, foram oportunizadas sob o espírito de solidariedade e cooperação, autonomia, participação e controle autogestionário do trabalho, com distribuição de ganhos e controle coletivo dos bens e meios de produção.

⁸ Ver o artigo “Palmas para a inovação: ciência, tecnologia e inovação a partir da experiência de um banco comunitário”, de Alba Valéria Maravilha Lourenço *et al*, In: *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas. São Paulo: A9 Editora, 2013.

⁹ A agenda de trabalho que se mobiliza em torno da rede de economia solidária do Conjunto Palmeiras é bastante intensa e criativa. Acompanhar as novidades que surgem nesse ambiente exigiria uma pesquisa específica. É frequente o lançamento de novas ações e projetos, como por exemplo, o Palmatur – Turismo Comunitário Urbano, lançada em 2010, que tem dentre seus objetivos, a proposta de promover o bairro como destino turístico em Fortaleza, visando fortalecer o processo de desenvolvimento local, gerando trabalho e renda para mulheres inseridas nas ações da citada rede.

A caracterização do arcabouço cultural dessas experiências faz-se não somente como via de acesso ao trabalho, mas, sobretudo, como possibilidade de construção de forças contrárias à hegemonia do capitalismo, tecendo como alternativa *uma outra economia possível* (SINGER, 2003). Assim, nasce um movimento que se expande pelo Brasil, contando com o apoio de entidades da sociedade civil, como a Cáritas, da igreja católica, centrais sindicais, Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária – Anteag, Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS, incubadoras de cooperativas, Rede Unitrabalho, dentre outras representações dos movimentos sociais e do meio acadêmico.

Na primeira metade dos anos 2000, esse espaço heterogêneo em que vai se configurando o fenômeno em tela, vi o Banco Palmas integrar-se de forma ativa e propositiva no processo de institucionalização da economia solidária no Brasil, não simplesmente no sentido de receber do Estado uma chancela para um construto social que emerge do povo; mas para buscar reconhecimento e espaço no seio estatal, como forma de assegurar mecanismos de políticas públicas que instituem o acesso ao crédito e aos sistemas produtivos como um direito social e, portanto, como política de Estado.

Assim, com a eleição do Presidente Lula, apoiada pelos movimentos sociais e com a aliança entre partidos de esquerda e centro, em seu governo foi criada, no ano 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, pela Lei nº 10.683, de 28/05/03, regulamentada pelo Decreto nº 4.764, de 24/06/03, que foi revogado pelo Decreto nº 5.063, de 03/05/04. Vinculam-se à SENAES, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e o Conselho Nacional de Comércio Justo e Solidário (CNES).

O economista e professor Paul Singer, um dos importantes ativistas intelectuais da economia solidária, é secretário da SENAES. E é uma referência teórica para as lideranças do Banco Palmas, as quais lhe têm admiração, respeito e proximidade. Durante minha incursão em campo, tive várias oportunidades de vê-lo como convidado do Banco Palmas em eventos e solenidades. Certamente, essa proximidade e a história de êxito do Banco Palmas como agente propositor de uma metodologia para o desenvolvimento de bancos comunitários facilitaram seu acesso à SENAES, de modo que o Banco Palmas tornou-se um multiplicador e

disseminador da experiência local e passou a atuar como articulador das Redes Nacional e Cearense de Bancos Comunitários, através da SENAES.

O crescimento do campo de ação demandou uma estruturação específica do capital técnico do Banco, dando origem, no ano 2003, ao Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (Instituto Palmas), entidade que se classifica como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.¹⁰ O trabalho do referido instituto já vem se materializando na assessoria à implantação de bancos comunitários e moedas locais circulantes em diversos municípios do Estado do Ceará e de outras unidades federativas do Brasil, e também fora do País, na Venezuela (PAIVA, 2011).

Ainda nesse percurso, o Instituto Palmas fortalece sua presença no cenário da sociedade civil, acumulando debates desde a participação em edições do Fórum Social Mundial, onde ocorreram plenárias focadas na economia solidária, nas quais se constituiu o Fórum Brasileiro em Economia Solidária – FBES (BATISTA; ALONSO, 2012). Com presença ativa nesse espaço político, o Instituto Palmas participou do processo de mobilização e realização das Conferências Nacionais de Economia Solidária, com a primeira edição ocorrida em 2006 e a segunda em 2010.

Em minhas conversas com o coordenador do Instituto Palmas, à época da primeira Conferência Nacional, recordo bem que a principal preocupação do Instituto era com a construção do marco conceitual e legal da economia solidária, seguida da necessidade de mobilizar, sobretudo na região Nordeste, onde sua presença é mais refletida, a sociedade civil, no âmbito do FBES, para lutar pela concepção e institucionalização desse marco.

Como produto da Conferência de 2010, surge o anteprojeto de lei de iniciativa popular que propõe a criação do Marco Legal da Economia Solidária no Brasil, reunindo propostas construídas no âmbito do FBES e consolidadas pelo CNES. Visa-se, entre outros objetivos, instituir um Fundo Nacional em Economia Solidária, com o apoio da Frente Parlamentar de Fortalecimento da Economia

¹⁰ É importante mencionar aqui a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – RCSES, entidade que integra o Fórum Brasileiro em Economia Solidária – FBES. Trata-se de um ente ativo na luta por políticas públicas em economia solidária desde o início da década passada. A articulação da RCSES não conta com a presença sistemática do Instituto Palmas que, na relação com a SENAES, concentra sua atuação nas Redes Brasileira e Cearense de Bancos Comunitários (também denominados bancos comunitários de desenvolvimento).

Solidária que, no caso do estado do Ceará, conta com a participação do Deputado Federal Eudes Xavier, do Partido dos Trabalhadores. Enquanto continua em cena a luta pela consolidação do marco legal em âmbito federal, estados e municípios, em diferentes regiões, seguem aprovando leis que favorecem o reconhecimento e o fomento à economia solidária. Na opinião de Paul Singer, no entanto, o Brasil já possui um marco legal para esse campo produtivo e criativo desde que se instituiu a SENAES.¹¹ E embora talvez não possamos falar que hoje no País a economia solidária é reconhecida no âmbito das políticas públicas, pelo menos as lutas sociais alcançaram como resultado seu reconhecimento como política de Governo.¹²

Desse percurso histórico, no qual o Banco Palmas e, em seguida, o Instituto Palmas mobilizaram um processo de participação intensa, destaco momentos observados na experiência de mobilização local, retratados a partir de eventos e situações específicas em que se materializam processos de captação de parceiros, fortalecimento de parcerias e trocas políticas ou eleitorais. Na seção seguinte, descrevo algumas dessas situações, por mim observadas, ilustrando o papel de lideranças da ASMOCONP e do “sistema Palmas”¹³ no que concerne à ação no campo da sociedade civil quando a pauta em foco é a luta política pelo fortalecimento e institucionalização da economia solidária.

COMÍCIO INVERSO

Durante a campanha eleitoral de 2006, tive a oportunidade de acompanhar uma visita realizada à ASMOCONP e ao Banco Palmas por candidatos que de lá partiram para a praça do bairro, de onde saíram em caminhada pelas ruas, na companhia de moradores e lideranças comunitárias locais, ligadas à ASMOCONP e

¹¹ Informação pesquisada em comentário sobre entrevista concedida por Paul Singer à agência Adital. Fonte: <http://www.forumseculo21.com.br/noticias3538,paul-singer-economia-solidaria-ja-tem-marco-legal.html>. Acessada em 11/07/13.

¹² Ver o artigo “O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária”, de Paul Singer, In: *Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando*. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas. São Paulo: A9 Editora, 2013.

¹³ Após a criação do Instituto Palmas, muitas vezes se confunde o campo de ação do Banco Palmas (que atua no território do Conjunto Palmeiras e adjacências) com a seara de trabalho do Instituto Palmas (que atua em outros territórios, reproduzindo a metodologia dos bancos comunitários testada no Conjunto Palmeiras, dentre outras atribuições do campo de uma OSCIP). Em alguns momentos, utilizo a expressão “sistema Palmas” em alusão a situações em que a presença dos dois entes parecem fundidas, pelo menos no que tange a sua referência como capital simbólico.

a outras organizações. Marcaram presença os seguintes candidatos: Cid Gomes, candidato a Governador do Estado sob a legenda do PSB e partidos coligados; Inácio Arruda, do PC do B, candidato a Senador da República; Raquel Marques, candidata a Deputada Estadual pelo PT; Eduardo Barbosa, candidato a Deputado Federal pelo PT, dentre outros políticos presentes.

Na ocasião, fui informado por lideranças locais de que a adesão da ASMOCONP a tais candidatos devia-se à busca de apoio para projetos relacionados à economia solidária. Raquel Marques, Deputada Estadual e candidata à reeleição já vem desempenhando este papel desde quando contribuiu no processo de criação do Banco Palmas. Do candidato Eduardo Barbosa, em virtude de sua atuação em favor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), esperava-se o apoio às demandas de populações assentadas em terras de Reforma Agrária, bem como ao desenvolvimento da economia solidária.

Durante a visita, lideranças técnicas do Banco Palmas entregaram ao então candidato a Governador um projeto de criação de bancos comunitários no Ceará, em relação ao qual Cid Gomes assinou um termo de compromisso para programar caso fosse eleito. A comunidade estava manifestando também seu apoio à reeleição do Presidente Lula (PT) como forma de favorecer a conquista de espaços institucionalizados nas políticas públicas para as bandeiras de luta mencionadas.

Naquela ocasião a ASMOCONP demonstrou abertamente o apoio a tais candidatos. Inclusive, como já informei, lideranças locais saíram em caminhada pelas ruas do bairro com os candidatos em campanha. Mas nos dias seguintes, dada a ocorrência de visita de fiscalização da justiça eleitoral ao ambiente da Associação em busca de material de campanha, a adesão às candidaturas mencionadas passou a ser tratada de modo mais discreto, sob a forma de apoios individuais de determinadas lideranças que, fora do espaço da ASMOCONP, faziam visitas de campanha nas residências do bairro e participavam de reuniões e outras atividades de articulação em favor da eleição dos candidatos citados.

Sobre o que pude observar, afirmo que na compreensão da relação que se trava entre o espaço da organização comunitária e a política partidária parece ficar clara a ideia de que o apoio manifesto a um determinado candidato ou partido resulta numa troca de interesses, que se prolonga para além dos votos conquistados

e do período de campanha eleitoral. Manifesta-se o apoio através da colaboração no período de campanha para que após eleito o político utilize seu poder de influência a favor de projetos e bandeiras defendidos no espaço local. Portanto, a troca de interesses, neste caso, não se configura como mera barganha eleitoreira, nem se encerra numa pauta imediatista, como por exemplo, a demanda por calçamento de ruas ou qualquer outra obra dessa natureza. Há, aí, uma relação política mais amadurecida e fortalecida na esfera local, em que lideranças comunitárias se impõem nessa relação de troca como agentes propositores de políticas públicas.

A ASMOCONP conseguiu construir, ao longo dos anos, uma articulação entre lideranças que mantêm seus vínculos partidários específicos, mas que acordam consensos possíveis, como por exemplo, o apoio a uma dada candidatura, que se declara de forma propositiva, focada em um projeto político. Mas esta não é uma regra que pode ser identificada na história de qualquer bairro de Fortaleza. O cenário político dos movimentos sociais é heterogêneo e complexo.

No caso em tela, sabemos que o Conjunto Palmeiras acumulou, ao longo de quatro décadas, um capital político diferenciado que, embora possa incorrer na lógica da barganha política, trata esse jogo como um processo em que os sujeitos envolvidos têm consciência de que há um projeto coletivo em pauta e não somente interesses pontuais e imediatos. Há também, nesse capital político, um capital simbólico acumulado e um saber técnico que legitima o sujeito ASMOCONP/Banco Palmas a conduzir, frente à comunidade onde atua, um projeto de apoio a candidaturas específicas, construído no território local e não como proposição que emergiria de cima para baixo, ou seja, demandada dos partidos para as bases. No Conjunto Palmeiras, observei o movimento inverso, demandado das bases para os partidos.

Diante do quadro complexo em que se configura o cenário político dos movimentos sociais no atual contexto, compreendo que se torna cada vez menos apropriado encerrar o tema em leituras analíticas que buscam situar a força das associações de bairro em posições claramente determinadas à “esquerda” ou à “direita”. Não quero afirmar com isto que as opções partidárias de lideranças comunitárias e moradores de bairros não demonstram mais uma relação com identidades políticas específicas. Afirmando, sim, que nas práticas observadas no território estudado àquela época, a radicalidade de posicionamentos políticos

inflexíveis cedia espaço para a lógica da negociação e da formação de consensos possíveis, pautados em demandas específicas.

Mas a flexibilidade como estratégia de negociação a que me refiro não significa, contudo, que as lideranças comunitárias do movimento protagonizado pela ASMOCONP se encontram abertas a alianças com qualquer partido. Há, no seio deste movimento, uma história de alianças com forças políticas denominadas de esquerda que continua há décadas. O que desejo ressaltar é o fato de que, como agentes de interlocução com o Poder Público, com o Estado, os movimentos sociais de bairros hoje demonstram a necessidade desta flexibilização, materializada em consensos possíveis, influenciando as políticas públicas a favor de suas demandas pontuais.

Na prática, diferentemente do que se professa em determinadas retóricas políticas, esta lógica estratégica não se classifica nem à “esquerda” nem à “direita”. Nos processos de organização política dos moradores de bairros, tanto espaços associativos que manifestam um perfil de autonomia política mais delineado, quanto aqueles que se revelam mais vulneráveis às práticas clientelistas costumeiramente atribuídas aos políticos de “direita”, lançam mão da formação de alianças e tendem a expressar formas de ação pautadas pela negociação ao se relacionarem, como interlocutores, com diferentes instâncias do Poder Público.

No que diz respeito ao esforço de construção da economia solidária, esse projeto cultural e político passa também pela tentativa de abrir espaços nas políticas públicas governamentais para a operacionalização de projetos solidários. Isto implica no reconhecimento e legitimação dessa demanda no plano da política partidária. Neste sentido, a visita dos candidatos à sede da ASMOCONP e ao Banco Palmas configurou um duplo acúmulo de capital simbólico. Cid Gomes e os demais candidatos presentes projetaram-se no espaço local como políticos interessados no projeto da economia solidária, comprometendo-se em viabilizar, como política de Governo, a criação de bancos comunitários.

A ASMOCONP e o Banco Palmas reforçaram a legitimação do capital simbólico que detêm como atores experientes no campo da economia solidária e no domínio técnico da metodologia dos bancos comunitários. Assim, parece ter ocorrido uma troca de interesses firmada em torno de intenções políticas, diferenciando-se, segundo a versão nativa, da mera barganha eleitoral. Todavia, entre 2006 e 2013, a

perspectiva na qual nos encontramos hoje revela que novos desenhos políticos se fizeram no Ceará, sobre os quais não disponho de espaço para discorrer aqui. É certo que foram poucas as realizações por parte do Poder Público diante das muitas promessas assumidas por candidatos naquela ocasião. E assim, como se diz nos movimentos sociais, “a luta continua”. É o que podemos ver na descrição de outro evento de campanha eleitoral, apresentada abaixo.

“Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras”. Esta sentença é um dos principais símbolos da memória das lutas e conquistas dos moradores do bairro em tela. Está escrita na sede da ASMOCONP e pintada em cor bem viva, vermelho, na pracinha do “Palmeira”. Quem chega ali certamente é atraído por esta afirmação, que tem muito a dizer. Fala da história política de uma comunidade que não se deixou conduzir como peça de espetáculo em inaugurações de obras conquistadas com muito trabalho e organização social. Por mais que políticos tradicionais desejassem estar à frente do processo, a comunidade fez-se protagonista de sua história e fez questão de afirmar-se como tal. E desde o início acostumou-se a celebrar suas conquistas, fazendo coletivamente, em mutirão, e inaugurando coletivamente, com festa feita pela comunidade e para a comunidade.

De chegada para ver de perto o *Comício Inverso*, a citada pintura no chão da praça foi o elemento cênico que primeiro atraiu meu olhar num fim de tarde e início de noite durante a campanha eleitoral de 2010.

Comício inverso foi o nome dado pela comunidade ao evento, significando uma inversão na ordem das coisas que conhecemos em nossa estrutura político-partidária e, ligada a esta, a ordem instrumental que entendemos como hegemônica no modo de fazer política. Naquela noite o povo do “Palmeira” instaurava, momentaneamente, uma espécie de *communitas* (TURNER, 1974), invertendo a estrutura convencional que se emprega em campanhas políticas. Pois bem, o palanque estava montado e o chão da praça certamente aguardava os espectadores da cena. Mas estes não eram os eleitores. Eram os candidatos ou seus representantes. Num telão, resumiram-se os principais problemas sociais do bairro.

Nos discursos, moradores e lideranças despejaram em tom explosivo e de revolta, suas queixas aos políticos. E também aplaudiram, ovacionaram políticos que têm seguido uma trajetória de apoio às lutas locais e ao movimento da economia solidária, como Raquel Marques e Eudes Xavier, ambos do PT. Havia vários outros

candidatos presentes, de diversos partidos, a grande maioria ligada à base de apoio ao Governo Lula. Mas o ritual político “ao avesso” não terminou por aí. O conjunto de demandas sociais do bairro, escrito em uma espécie de plataforma política construída pela comunidade, foi entregue, solenemente, das mãos de lideranças políticas locais para as mãos dos políticos convidados, que naquela noite não discursaram, apenas ouviram queixas e reivindicações. Alguns, como disse, ouviram elogios, notadamente pelo empenho assumido em frentes parlamentares de apoio ao fortalecimento da economia solidária.

Não há como seguir aqui descrevendo situações e eventos em que a ASMOCONP e o sistema Palmas, como entes ativos da sociedade civil, ocupam o espaço da política partidária com a intenção de influenciá-lo em favor da proposição de projetos, metodologias e ações de fortalecimento da economia solidária e que apontem para a construção e institucionalização de um marco legal que a reconheça, legitimando no âmbito das políticas públicas um lugar para o acesso das famílias empobrecidas ao crédito, reconhecido e tratado como direito social. Quis destacar nesta seção a criatividade e ousadia com que a comunidade e lideranças locais desempenham esse papel social, pondo em cena elevada autoestima, tema que abordarei na seção seguinte.

NA PERIFERIA TEM TUDO DE BOM

Iniciando este capítulo, recorro de um dos muitos momentos “espetaculares” em que o Conjunto Palmeiras, a ASMOCONP e o Banco Palmas mostram-se para a comunidade local, para a cidade e para o mundo como uma experiência que deu certo e que faz do “bairro pobre” um lugar onde acontecem projetos que seus sujeitos desejam divulgar, celebrar. Foi assim com o projeto *Palmas Fashion Week*, concluído em agosto de 2006, em alto estilo, literalmente na passarela onde crianças, jovens, homens e mulheres do bairro e de instituições parceiras desfilaram, exibindo seus talentos e produções realizadas no campo do estilismo e da moda. A passarela foi montada primeiramente numa rua do bairro, defronte à sede da ASMOCONP. No dia seguinte, o desfile aconteceu no espaço do Centro Cultural Dragão do Mar, na Praia de Iracema, com a presença de moradores do Conjunto

Palmeiras, parceiros¹⁴ do projeto e uma plateia composta por pessoas de diversos bairros da cidade de Fortaleza.

Ao final do desfile, o coordenador do Banco Palmas fez um breve discurso. Sua fala entusiasmada ressaltou que naquele momento o Conjunto Palmeiras mostrava à cidade seu outro lado: um bairro que não se caracteriza somente pela pobreza e violência urbana, mas também pela organização de seus moradores, que lutam e conquistam projetos para promover o desenvolvimento local.

É assim que o sistema ASMOCONP/Banco Palmas mostra o Conjunto Palmeiras a si mesmo, à cidade de Fortaleza e aos parceiros que o apoiam em seus projetos e atividades, com elevada autoestima. Faz-se, neste sentido, um elo entre o espaço local e a sociedade mais ampla; entre o local e o global, haja vista a presença de parceiros vinculados a instituições de atuação internacional.

Nesse cenário “espetacular”, o signo *Palmas* configura como capital simbólico de um bairro e de uma experiência cujo propósito básico é fomentar uma rede de *prosumidores*. Ou seja, incentiva a produção dentro da comunidade e estimula os moradores a consumir os produtos locais, criando e fortalecendo uma rede de economia solidária. Essa proposta dimensiona-se na perspectiva de fortalecer e desenvolver o território.

Assim, o sistema ASMOCONP/Banco Palmas/Instituto Palmas põe em cena, além de ações materiais concretas, uma *política do significado* (GEERTZ, 1989) capaz de realçar sentidos, reforçar sentimentos de pertença, produzir legitimidade, atrair adeptos e neutralizar a força de possíveis conflitos de ideias na esfera local. Esse jogo de simbolização e significação projeta-se para mobilizar moradores do bairro num processo histórico focado no desenvolvimento local, pautado pelos princípios da economia solidária, dentre os quais se destacam a produção cooperada e autogestionária; a valorização da colaboração em detrimento da competição injusta e excludente; a responsabilização dos processos de produção, distribuição e consumo pelas consequências que se atrelam a estas categorias.

Gostaria de mencionar, a título de ilustração, duas situações ou ações em que esse esforço de construção simbólica se performatiza no Conjunto Palmeiras. Começo pela *Campanha Compre do Bairro*, idealizada no âmbito da Rede Palmas para estimular a geração de trabalho e renda no próprio território, onde a produção e

¹⁴ O projeto supracitado foi desenvolvido em parceria com holandeses, através da Fundação Strohalm.

o consumo internos têm como efeito a circulação e manutenção de riquezas no espaço local, possibilitando, assim, o enfrentamento da situação de pobreza urbana.

A campanha teve ponto de partida na década passada, mas permanece ativa. Estimular a compra no próprio bairro é uma estratégia constante. No começo, esse esforço contou com um criativo veículo de significação, uma fotonovela intitulada *Santo de Casa Também Faz Milagre*, com roteiro aplicado à dinâmica da rede de *prosumidores* e representação de ator e atriz moradores do bairro.¹⁵

A fotonovela encena o movimento do círculo virtuoso de produção, distribuição e consumo que se forma na chamada rede de *prosumidores*. Os quadros retratados estimulam a visualização e compreensão desse círculo. E explicam a dinâmica virtuosa que se mobiliza a partir de um evento específico, um casamento, cuja realização conta com todos os produtos e serviços necessários dentro do bairro.

Sobre o giro de tal círculo, menciono algumas situações ilustrativas: quando um morador do bairro, ainda que não seja sócio da ASMOCNP, adquire a moeda Palmas e compra material de construção no *Depósito O Amigão* ou compra medicamentos nas farmácias vinculadas à moeda local circulante; quando leva para casa o pão da *Padaria Pão Quentinho*, contribui de modo significativo para fortalecer a economia solidária no bairro, estimulando a geração de trabalho e renda.

Quanto à fotonovela, trata-se de um instrumento que objetiva mostrar e estimular o espírito de autoestima, valorizando o bairro e ensinando como atrair “riquezas” circulantes para o mesmo. É uma maneira de dizer que *na periferia tem tudo de bom*. Aliás, esta sentença está escrita em um *folder* que o Instituto Palmas produziu por ocasião do lançamento do projeto Palmatur, em 2010, em auditório da Universidade Federal do Ceará.¹⁶

Na ocasião, mais uma vez ritualizando o contar de uma história social, uma liderança da ASMOCNP narrou na abertura do evento a memória e o sentimento de um povo que diz: “na periferia tem tudo de bom”. Antes de sua fala, apresentaram-se a Companhia de Dança Cordapés e a Companhia Bate Palmas,

¹⁵ Fonte: “Santo de Casa Também Faz Milagre: uma alegre história de amor e solidariedade de um casal que descobre a força do Consumo Solidário”. Fotonovela. [Série Mudança de Atitude, Vol. 01; Campanha Compre do Bairro]. Fortaleza: ASMOCNP/Banco Palmas, 2004.

¹⁶ Título do texto de apresentação do material de divulgação do I Fórum de Turismo Comunitário Urbano no Conjunto Palmeiras, realizado em 15/04/2010.

grupos artísticos de jovens do Conjunto Palmeiras que deram um show com a música e a dança. Ela se referia a eles e aos diversos projetos sociais desenvolvidos no bairro, bem como à memória de suas lutas e conquistas.

Tudo soava como justificativa para lançar o projeto Palmatur de turismo, que visa abrigar visitantes em pousada do projeto e facilitar-lhes o acesso ao conhecimento da realidade social do bairro, tipo de visita bastante comum no território. O projeto objetiva, dentre outros intentos, inserir mulheres no mundo do trabalho. Na apresentação da proposta, a narradora deixava implícito um chamado: “venha conhecer a periferia, o Conjunto Palmeiras, lá temos tudo de bom”.

Naquele dia, entre os presentes encontrava-se uma agente do Ministério do Turismo. Sua fala ressaltou uma característica dos movimentos comunitários que merece destaque. E citou o Conjunto Palmeiras como exemplo de uma comunidade que se mobiliza em função de suas carências e demandas, mas que realiza esse processo de modo propositivo e criativo. Segundo a representante do Ministério citado, o Governo Federal tem a oportunidade de aprender muito com comunidades como a do Conjunto Palmeiras, onde a ASMOCONP e o sistema Palmas desenvolvem tecnologias sociais inovadoras, cujas metodologias passam a servir de referência para que governos e sociedade civil as utilizem em outros territórios.

Entendo que o discurso dessa agente legitima a caracterização da experiência local como uma referência de êxito em política social. Realmente, são admiráveis e legítimos o sentimento de pertença e a imagem otimista que os moradores organizados do Conjunto Palmeiras constroem acerca do espaço onde vivem e da experiência de economia solidária que protagonizam. Trata-se de um processo histórico que se tornou referência no movimento cultural e político dessa outra economia. E que hoje reproduz em outros territórios suas metodologias bem sucedidas, ao passo em que se mantém ativo na luta para fortalecer e consolidar a economia solidária como matéria de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as descrições apresentadas, gostaria de terminar esta escrita sem chegar a uma conclusão. Gostaria de propor questões para a reflexão, considerando o cenário ambíguo e desafiador que contextualiza a economia solidária, movimento

que nega as bases da lógica de reprodução do Capital, mas que se constrói no seio da sociedade do Capital, na interlocução com um Estado cujas perspectivas de ação e possibilidades de interesse em investir em políticas inclusivas e distributivas deparam-se com os limites de sua subserviência aos ditames do mercado e do crescimento econômico, numa via de mão dupla que, por um lado, promove a inclusão de famílias em situação de pobreza extrema, reduzindo significativamente os índices de miséria, mas que, por outro lado, financia a aceleração do crescimento econômico, flexionando-se aos interesses de ruralistas, banqueiros e empreiteiras, produzindo um quadro marcado pelo deslocamento forçado de populações étnicas e comunidades urbanas e pela vulnerabilidade e injustiça ambiental deixadas como herança em regiões empobrecidas.

Qual seria o verdadeiro interesse e qual seria a possibilidade de um Estado assim contextualizado ampliar, fortalecer e consolidar a economia solidária como objeto de política pública assegurada como direito? Que novos arranjos os movimentos sociais podem construir, politicamente, para enfrentar esse quadro em que a esquerda tradicional parece mais situada entre o centro e a direita e onde novas configurações do que seria a esquerda se elaboram? Estaria neste ponto nevrálgico o obstáculo à realização do sonho de Paul Singer, de que essa outra economia é possível?

Sem respostas para essas questões, busco ressaltar que minha incursão de pesquisa me faz compreender que a experiência do Banco Palmas constitui campo fértil para o estudo de redes de relações sociais contra-hegemônicas. São experiências que embora possuam uma ação limitada no que tange a processos de interlocução, negociação e formação de parceria com governos, afirmam a expressão de uma identidade focada em objetivos emancipatórios.

No caso da ASMOCONP e do sistema Palmas, a rede de economia solidária mobilizada no espaço local fomenta a construção de significados e práticas focados no desenvolvimento local, articulando-se também com movimentos externos na dinâmica das redes sociais. A metáfora da rede ilustra, portanto, a ação articulada de movimentos que defendem interesses comuns e compartilham elementos simbólicos (PAULINO, 2011). E entre os fios que aí se tecem, põe-se em curso a luta pela legitimação da economia solidária como objeto de políticas públicas reconhecidas e asseguradas a partir de um marco legal.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. “Sob os SELs de França: uma esfera pública plebéia desponta”. In: *Estado, cidadania e esfera pública*. Revista de Ciências Sociais, Vol. 35 (01). Fortaleza: Imprensa Universitária, UFC, 2004. Pp. 31-44.

BANCO PALMAS 15 anos: resistindo e inovando. Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas. São Paulo: A9 Editora, 2013.

BATISTA, M. P.; ALONSO, L. N. G. “Processo de institucionalização da economia solidária no Brasil. Uma aproximação às políticas públicas e ao marco legal”. In: Anais do II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento. URCA, Crato, Ceará, Brasil, 2012.

BRAGA, Elza M. Franco. “Socioeconomia solidária e a questão democrática: desvendando caminhos e utopias”. Revista de Ciências Sociais, Vol. 35 (01). Fortaleza: Imprensa Universitária, UFC, 2004. Pp. 57-67.

GEERTZ, Clifford. “A Política do Significado”. In: *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. Pp. 206-222.

GOLDMAN, Marcio. “Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões”. In: Anuário Antropológico, Nº. 93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

MELO NETO SEGUNDO, J. J. de & MAGALHÃES, S. *Bairros pobres, ricas soluções*: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIVA, Victoria Régia Arraes de. “Outro Banco é possível: Estudo sobre os Bancos Comunitários Cearenses”. In: Anais da IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Grupo de Trabalho Abordajes antropológicas en torno a la Economía Social y Solidaria: perspectivas de la Antropología del Desarrollo. Curitiba, PR, 2011.

PAULINO, Antonio George Lopes. “Economia solidária como projeto cultural e político: redes de resistência e criatividade”. In: Anais da IX Reunião de Antropologia do Mercosul. Grupo de Trabalho Abordajes antropológicas en torno a la Economía Social y Solidaria: perspectivas de la Antropología del Desarrollo. Curitiba, PR, 2011.

_____. *Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas*. Fortaleza: Edições UFC, 2012. [no prelo]

SANTOS, B. de Sousa. *A Gramática do Tempo*. São Paulo: Cortez, 2006.

SINGER, Paul. "Economia solidária: um modo de produção e distribuição". In: SINGER, P. & SOUZA, A. Ricardo de (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003. Pp. 11-28.

TURNER, V. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.